



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

### RECURSO ESPECIAL Nº 1841378 - RJ (2019/0296218-1)

**RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI**

RECORRENTE : INSTITUTO OSWALDO CRUZ DE SEGURIDADE SOCIAL

ADVOGADOS : MARIA INES CALDEIRA PEREIRA DA SILVA MURGEL - RJ114798

VINÍCIUS SARAMAGO GONÇALVES - RJ172845

THOMAS VASCONCELLOS DA SILVA - RJ153437

NATALIA DE ANDRADE PENQUE - RJ175952

RECORRENTE : LUCIETE ALMEIDA SILVA

ADVOGADOS : FABRÍCIO VIANNA LOPES - RJ167546

GABRIEL SOUZA DUARTE - RJ180826

RECORRIDO : OS MESMOS

### EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSOS ESPECIAIS. AÇÃO DE RESTITUIÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA C/C COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL, DE SÚMULA OU ATO NORMATIVO DIVERSO DE LEI FEDERAL. DESCABIMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. VIOLAÇÃO DO ART. 489 DO CPC/15. NÃO OCORRÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. FUNDAMENTAÇÃO. AUSENTE. DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. DECISÃO MONOCRÁTICA. NÃO APTIDÃO PARA ABRIR DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. SIMILITUDE FÁTICA. AUSENTE. PREVIDÊNCIA PRIVADA. DESLIGAMENTO. RESGATE. RESTITUIÇÃO DO VALOR INTEGRAL VERTIDO PELO EX-PARTICIPANTE.

1. Julgamento sob a égide do CPC/15.

2. Ação de restituição de contribuição previdenciária c/c compensação por danos morais.

3. A interposição de recurso especial não é cabível quando ocorre violação de dispositivo constitucional ou de qualquer ato normativo que não se enquadre no conceito de lei federal, conforme disposto no art. 105, III, "a" da CF/88.

3. Ausentes os vícios do art. 1.022 do CPC/15, rejeitam-se os embargos de declaração.

4. Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado corretamente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação do art. 489 do CPC/15.

5. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados, não obstante a interposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.

6. A ausência de fundamentação ou a sua deficiência importa no não conhecimento do recurso quanto ao tema.

7. Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere conclusão de que as contribuições vertidas ao Plano BD-RJU fazem referência expressa à

suplementação de aposentadoria, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.

8. A decisão de cunho monocrático não é apta a abrir divergência jurisprudencial.

9. O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas.

10. O instituto que faculta ao ex-participante receber o valor decorrente do seu desligamento do plano de benefícios é o resgate. O montante a ser restituído corresponde à totalidade das contribuições por ele vertidas ao fundo (reserva de poupança), devidamente atualizadas, descontadas as parcelas de custeio administrativo que sejam de sua responsabilidade, na forma prevista no regulamento. Súmula 568/STJ.

11. Recurso especial interposto por INSTITUTO OSWALDO CRUZ DE SEGURIDADE SOCIAL parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido.

12. Recurso especial interposto por LUCIETE ALMEIDA SILVA parcialmente conhecido e, nessa extensão, provido.

## DECISÃO

Cuida-se de recursos especiais interpostos por INSTITUTO OSWALDO CRUZ DE SEGURIDADE SOCIAL (primeiro recorrente) e LUCIETE ALMEIDA SILVA (segunda recorrente), fundamentados - respectivamente - nas alíneas "a" e "c" e na alínea "c" do permissivo constitucional.

Recursos Especiais interpostos: 07/05/2019.

Concluso ao gabinete em: 07/10/2019.

Ação: restituição de contribuição previdenciária c/c compensação por danos morais, ajuizada por LUCIETE ALMEIDA SILVA (segunda recorrente), em face de INSTITUTO OSWALDO CRUZ DE SEGURIDADE SOCIAL (primeiro recorrente), na qual alega - em síntese - que, por ser servidora pública federal vinculada à FIOCRUZ, desde março de 1991, paga contribuições mensais à ré com a finalidade de complementar sua aposentadoria. Aduz que, passados alguns anos, tomou ciência de que a demandada havia realizado alterações em seu Estatuto e que não mais complementaria a aposentadoria de seus assistidos, mantendo apenas os benefícios por invalidez ou morte.

Sustenta, ainda, que a requerida, em diversas oportunidades, se manifestou no sentido de não haver possibilidade de resgate da totalidade das contribuições pagas.

Dessa forma, requer a devolução integral das contribuições por ela pagas, acrescidas de juros e correção monetária, a contar do desembolso, bem como a compensação por danos morais a ser arbitrada pelo juiz.

Sentença: julgou improcedentes os pedidos.

Acórdão: deu parcial provimento à apelação interposta por LUCIETE

ALMEIDA SILVA (segunda recorrente), para determinar a restituição, na forma simples, dos valores por ela despendidos para o custeio do plano de previdência complementar desde os cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação, a serem apurados em liquidação de sentença.

Nesse sentir, é a ementa do julgado:

APELAÇÃO CÍVEL. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR FECHADA. FIOPREV. Parte autora que aderiu ao plano em 1996. Alteração contratual posterior. Modificação da natureza de previdência complementar para contrato de seguro com cobertura apenas para morte e invalidez. Possibilidade de devolução das contribuições vertidas pelo participante (art. 14, III, da LC nº 109/2001). Prescrição quinquenal. Dano moral não configurado. Sentença que se reforma. PARCIAL PROVIMENTO DO RECURSO. (e-STJ, fl. 576)

Embargos de declaração de fls. 781/788 (e-STJ): opostos pelas partes, foram rejeitados.

Embargos de declaração de fls. 820/824 (e-STJ): opostos por INSTITUTO OSWALDO CRUZ DE SEGURIDADE SOCIAL (primeiro recorrente), foram rejeitados.

Recurso especial de INSTITUTO OSWALDO CRUZ DE SEGURIDADE SOCIAL (primeiro recorrente): alega a violação do Regulamento da FIOPREV, dos arts. 1º, 4º, 14, III, 17, 31 e 75, todos da LC 109/01; 489 e 1.022, ambos do CPC/15; 178, 421, 422, 423 e 424, todos do CC/02, bem como a existência de divergência jurisprudencial. Além da negativa de prestação jurisdicional, sustenta:

- i) a existência de fundamentação deficiente no bojo do acórdão recorrido;
- ii) a não formação de fundo de reserva, sendo a natureza jurídica do serviço contratado caracterizada - apenas - como de “benefício de risco”; e
- iii) a violação à função social do contrato na hipótese dos autos.

Recurso especial de LUCIETE ALMEIDA SILVA (segunda recorrente): alega a existência de dissídio jurisprudencial, no que concerne a interpretação dos arts. 14, III, da LC 109/01 e 884 do CC/02. Sustenta a possibilidade de restituição da totalidade das verbas pagas pelos assistidos dos planos de previdência privada em caso de desligamento por parte desse, bem como a ocorrência de enriquecimento sem causa por parte do recorrido INSTITUTO OSWALDO CRUZ DE SEGURIDADE SOCIAL.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

**- Julgamento: aplicação do CPC/15**

**- Da violação de dispositivo constitucional, de súmula ou de qualquer ato normativo que não se enquadre no conceito de lei federal**

A interposição de recurso especial não é cabível quando ocorre violação de súmula, de dispositivo constitucional ou de qualquer ato normativo que não se enquadre no conceito de lei federal, conforme disposto no art. 105, III, "a", da CF/88.

**- Da violação do art. 1.022 do CPC/15**

É firme a jurisprudência do STJ no sentido de que não há ofensa ao art. 1.022 do CPC/15 quando o Tribunal de origem, aplicando o direito que entende cabível à hipótese, soluciona integralmente a controvérsia submetida à sua apreciação, ainda que de forma diversa daquela pretendida pela parte. A propósito, confira-se: AgInt nos EDcl no AREsp 1.094.857/SC, 3ª Turma, DJe de 02/02/2018 e AgInt no AREsp 1.089.677/AM, 4ª Turma, DJe de 16/02/2018.

No particular, verifica-se que o acórdão recorrido decidiu, fundamentada e expressamente, acerca da conclusão de que as contribuições vertidas ao Plano BD-RJU fazem referência expressa à suplementação de aposentadoria, de maneira que os embargos de declaração opostos pelo recorrente, de fato, não comportavam acolhimento.

Assim, observado o entendimento dominante desta Corte acerca do tema, não há que se falar em violação do art. 1.022 do CPC/2015, incidindo, quanto ao ponto, a Súmula 568/STJ.

**- Da violação do art. 489 do CPC/2015**

Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado suficientemente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação do art. 489 do CPC/2015, nos termos da Súmula 568/STJ (AgInt no AREsp 1.121.206/RS, 3ª Turma, DJe 01/12/2017; AgInt no AREsp 1.151.690/GO, 4ª Turma, DJe 04/12/2017).

Nesse sentir, é o trecho do acórdão dos embargos de declaração:

Tampouco configura omissão, contradição ou obscuridade a decisão que perfilha entendimento diverso daquele defendido pela parte. Considera-se não

fundamentada a decisão que "não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador" (art. 489, § 10, inciso IV, CPC/2015).

Os embargantes apontam omissão e contradição no julgado e requerem o expresse enfrentamento das teses apontadas.

Inexiste qualquer omissão ou contradição no julgado quanto às questões decididas, estando a decisão devidamente fundamentada com base na legislação vigente e na jurisprudência desta Corte. (e-STJ, fls. 785/786)

### **- Da ausência de prequestionamento**

O acórdão recorrido não decidiu acerca dos arts. 1º, 4º, 17, 31, todos da LC 109/01; 178, 421, 422, 423 e 424, todos do CC/02, indicados como violados, apesar da interposição de embargos de declaração. Por isso, o julgamento do recurso especial é inadmissível. Aplica-se, portanto, a Súmula 211/STJ.

Além disso, não obstante a alegação pelo Tribunal de origem de prequestionamento da matéria em razão do teor do art. 1.025 do CPC/15, cabe ressaltar que o dispositivo citado dispõe que serão incluídos no acórdão os elementos que o embargante suscitou, para fins de pré-questionamento, ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, **caso o tribunal superior considere existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade**. Entretanto, na situação posta em análise, esta Corte não entende pela existência de erro, omissão, contradição ou obscuridade, o que impede a inclusão dos dispositivos mencionados nas razões do recurso especial no bojo do acórdão impugnado para fins de prequestionamento da matéria.

### **- Da fundamentação deficiente**

Os argumentos invocados pelo recorrente não demonstram como o acórdão recorrido violou o art. 75 da LC 109/01, o que faz incidir, portanto, a Súmula 284 /STF.

### **- Do reexame de fatos e provas**

Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere conclusão de que as contribuições vertidas ao Plano BD-RJU fazem referência expressa à suplementação de aposentadoria, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.

### **- Da divergência jurisprudencial**

Descabe a alegação de dissonância com o entendimento constante na decisão monocrática de fls. 544/549 (e-STJ) do REsp 1.792.970/RJ (prolatada pelo E. Min. Paulo de Tarso Sanseverino), tendo em vista que a decisão de cunho monocrático não é apta a abrir divergência jurisprudencial (AgInt no AREsp 1.211.358/SP, 3ª Turma, DJe 20/04/2018; AgInt no AREsp 1.383.885/SP, 4ª Turma, DJe 29/03/2019).

Ademais, a falta de similitude fática, requisito indispensável à demonstração da divergência, inviabiliza a análise do dissídio entre o acórdão recorrido e o Agnt no AREsp 871.405/RJ.

II - Recurso Especial de LUCIETE ALMEIDA SILVA:

### **- Da ausência de prequestionamento**

O acórdão recorrido não decidiu acerca do art. 884 do CC/02, indicado como violado, apesar da interposição de embargos de declaração. Por isso, o julgamento do recurso especial é inadmissível. Aplica-se, portanto, a Súmula 211/STJ.

Além disso, não obstante a alegação pelo Tribunal de origem de prequestionamento da matéria em razão do teor do art. 1.025 do CPC/15, cabe ressaltar que o dispositivo citado dispõe que serão incluídos no acórdão os elementos que o embargante suscitou, para fins de pré-questionamento, ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, **caso o tribunal superior considere existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade**. Entretanto, na situação posta em análise, esta Corte não entende pela existência de erro, omissão, contradição ou obscuridade, o que impede a inclusão do dispositivo mencionado nas razões do recurso especial no bojo do acórdão impugnado para fins de prequestionamento da matéria.

### **- Da divergência jurisprudencial**

A ausência de prequestionamento do tema que se supõe divergente, qual seja, a violação do art. 884 do CC/02, impede o conhecimento da insurgência veiculada pela alínea "c" do art. 105, III, da Constituição da República. Nesse sentido: AgRg no REsp 909.113/RS, 3ª Turma, DJe 02/05/2011 e AgRg no Ag 781.322/RS, 4ª Turma, DJe 24/11/2008.

### **- Da restituição da totalidade das contribuições vertidas pelo**

***ex-participante de plano de previdência privada em razão do desligamento desse (Súmula 568/STJ)***

O TJ/RJ, ao reconhecer a possibilidade de restituição parcial (tendo em vista a incidência da prescrição quinquenal) dos valores pagos pela recorrente na condição de ex-participante de plano de previdência privada, em razão do desligamento dessa, divergiu do entendimento do STJ, no sentido de que o instituto que faculta ao ex-participante receber o valor decorrente do seu desligamento do plano de benefícios é o resgate. O montante a ser restituído corresponde à totalidade das contribuições por ele vertidas ao fundo (reserva de poupança), devidamente atualizadas, descontadas as parcelas de custeio administrativo que sejam de sua responsabilidade, na forma prevista no regulamento. Nesse sentido: AgInt no REsp 1.373.932/PE (3ª Turma, DJe 29/03/2019) e AgInt no REsp 1.600.212/MT (4ª Turma, DJe 20/03/2017).

Logo, merece provimento o recurso especial, de modo a reformar o acórdão recorrido, nos termos da Súmula 568/STJ, quanto ao ponto mencionado.

Forte nessas razões, CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial interposto por INSTITUTO OSWALDO CRUZ DE SEGURIDADE SOCIAL, e, nessa extensão, NEGO-LHE PROVIMENTO, com fundamento no art. 932, III, IV, "a", do CPC/15, bem como na Súmula 568/STJ; CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial interposto por LUCIETE ALMEIDA SILVA e, nessa extensão, DOU-LHE PROVIMENTO, com fundamento no art. 932, III, V, "a", do CPC/15, bem como na Súmula 568/STJ, para determinar a restituição da totalidade das contribuições vertidas pela recorrente, nos termos da jurisprudência do STJ, descontadas - apenas - as parcelas de custeio administrativo.

Deixo de majorar os honorários de sucumbência recursal, visto que não foram arbitrados na instância de origem.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, ambos do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2020.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Relatora